



**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESCOLA DE INTELIGÊNCIA**

PREGÃO Nº/2019

(Processo Administrativo nº 00091.100372/2019-81)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura para acesso *on-line* a jornais e revistas periódicos nacionais e internacionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), pelo período de 12 (doze) meses.

1.1.1. Os jornais e as revistas serão fornecidos **exclusivamente em suas versões digitais**, acessados *on-line* mediante *login* e senha individuais, sendo doravante denominados “assinatura digital”.

1.2. A presente contratação será realizada por meio de pregão, na sua forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, AFERIDO POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** pelas licitantes sobre o preço das assinaturas digitais dos periódicos, e será destinada exclusivamente para microempresas e empresa de pequeno porte, observadas as condições do Edital e seus anexos.

1.3. A licitação será composta por 2 (dois) itens. O Item 1 compreende assinaturas de jornais digitais definidos no quadro abaixo. Já o Item 2 corresponde às assinaturas de revistas digitais. O valor máximo anual da contratação é de **R\$ 42.668,33 (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos)**, calculado com base nos valores médios anuais das assinaturas eletrônicas.

1.4. O desconto mínimo a ser cotado pelas licitantes deverá ser **26,64%**, de acordo com pesquisas de serviços semelhantes realizadas junto a outros órgãos da Administração Pública, conforme Anexo II, deste Termo.

1.5. As propostas deverão ser encaminhadas com o percentual do lance vencedor, respeitando o percentual mínimo de desconto a ser admitido para a contratação dos serviços, conforme modelo do Anexo III deste Termo de Referência.

1.6. A presente contratação se dará sob a forma de execução indireta, no regime de Empreitada por Preço Global.

ITEM	CÓDIGO CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE ASSINATURAS INDIVIDUAIS	VEÍCULOS	VALOR UNITÁRIO ANUAL	VALOR TOTAL
1 – ASSINATURA DIGITAL DE JORNAIS	23108	Assinatura	4	Correio Braziliense	R\$ 476,67	R\$ 1.906,68
		Assinatura	5	Folha de São Paulo	R\$ 616,67	R\$ 3.083,35
		Assinatura	5	Estado de São Paulo	R\$ 626,67	R\$ 3.133,35
		Assinatura	5	Valor Econômico	R\$ 715,00	R\$ 3.575,00
		Assinatura	5	O Globo	R\$ 626,67	R\$ 3.133,35
		Assinatura	2	Jornal do Brasil	R\$ 526,67	R\$ 1.053,34

		Assinatura	5	<i>The Economist</i>	R\$ 971,67	R\$ 4.858,35
		Assinatura	5	<i>The New York Times</i>	R\$ 971,67	R\$ 4.858,35
VALOR ANUAL - JORNAIS						R\$ 25.601,76
2 – ASSINATURA DIGITAL DE REVISTAS	23108	Assinatura	5	Veja	R\$ 608,33	R\$ 3.041,65
		Assinatura	4	Época	R\$ 608,33	R\$ 2.433,32
		Assinatura	4	Carta Capital	R\$ 608,33	R\$ 2.433,32
		Assinatura	5	Exame	R\$ 493,33	R\$ 2.466,65
		Assinatura	4	IstoÉ	R\$ 608,33	R\$ 2.433,32
		Assinatura	7	<i>Foreign Affairs</i>	R\$ 608,33	R\$ 4.258,31
VALOR ANUAL - REVISTAS						R\$ 17.066,57
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 42.668,33

1.7. Para a disputa de lances, o licitante deverá indicar o percentual específico de desconto para cada Item da tabela.

1.8. A definição dos veículos e dos quantitativos previstos nesse Termo de Referência (TR) decorre da necessidade concreta vivenciada pela ABIN e fundamenta-se nas informações do contrato de fornecimento de jornais e revistas de forma impressa (papel) e eletrônica - Contrato nº 566/2015/DAL/SPOA/ABIN/SG/PR, o qual será totalmente substituído por uma nova contratação de assinaturas digitais, quando do término de sua vigência, em razão da orientação contida no art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, do Ministério da Economia, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações da Administração Pública Federal.

1.9. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O acesso a informações de maneira rápida, precisa e confiável é uma necessidade fundamental das unidades da ABIN, de seus gestores e da Atividade de Inteligência de forma geral. O acesso *on-line* à versão eletrônica de periódicos contribui para o atendimento dessa necessidade devido ao seu fácil, amplo, irrestrito e tempestivo modo de acesso.

2.2. Periódicos de grande circulação nacional e internacional são instrumentos indispensáveis para a Atividade de Inteligência, na medida em que fornecem subsídios para a tomada de decisão, possibilitam a tempestiva produção de conhecimento com vistas ao assessoramento das mais altas autoridades públicas e mantêm os gestores atualizados dos acontecimentos do Brasil e do mundo.

2.3. É fato que a *internet* mudou a visão dos conceitos e dos parâmetros de acesso à informação, e a versão digital de periódicos atende ao público que tem necessidade de se manter informado em tempo real, de forma célere, confiável e sustentável. Além disso, a assinatura de periódicos na versão digital apresenta uma relação custo/benefício mais vantajosa quando comparada à assinatura de periódicos impressos, sendo algumas dessas vantagens:

2.3.1. Acesso às notícias com atualização em tempo real;

2.3.2. Acompanhamento das notícias a qualquer tempo, em qualquer lugar, mediante utilização de recursos tecnológicos;

2.3.3. Possibilidade de consulta e pesquisa de edições anteriores, de forma tempestiva;

2.3.4. Possibilidade de compartilhamento de notícias.

2.4. O objeto será adquirido por meio de Itens. O primeiro item reúne jornais e o segundo reúne revistas digitais. Busca-se, com a divisão nesses moldes, agrupar serviços de mesma natureza, além de promover a economicidade e atender ao princípio da eficiência, uma vez que se evita a contratação de várias empresas e a necessidade de gerir todos os respectivos instrumentos contratuais resultantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura para acesso *on-line* a jornais e revistas periódicos nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades da ABIN.

3.2. A solução deve permitir à Contratante:

3.2.1. Acessar irrestritamente informações e notícias veiculadas nos jornais e revistas objetos da contratação, com segurança, utilizando computadores, *tablets*, *smartphones* e similares;

3.2.2. Copiar, compartilhar e imprimir informações e notícias veiculadas nos jornais e revistas solicitados;

3.2.3. Utilizar tecnologia *mobile* (*IOS*, *Android*, *Windows*), sem custo adicional.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado na modalidade pregão, na sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se na natureza continuada, tendo em vista sua essencialidade e habitualidade na execução das atividades institucionais da ABIN.

4.3. Além disso, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da ABIN, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Em atendimento ao determinado no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, este procedimento licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

5.2. As obrigações das partes serão formalizadas por meio da celebração de Contrato e observarão os termos da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 3.722/2001, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, da Instrução SEGES/MP nº 05/2017, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010, deste Termo de Referência e demais normas pertinentes.

5.3. Antes da assinatura do Contrato, será verificada pela Contratante, por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), a comprovação de regularidade do cadastramento e habilitação do Fornecedor, bem como será procedida consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.520/2002, e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br/certidao, as quais serão juntadas ao processo de licitação.

5.3.1. Em caso de constatação de registro em qualquer dos sistemas citados no subitem 7.3, o Contrato não será firmado, podendo acarretar a não habilitação da licitante.

- 5.4. A Contratada deve fornecer declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.5. À Contratada ficam vedados quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na prestação dos serviços.
- 5.6. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para prevenção de adversidades ao meio ambiente.
- 5.7. A Contratada não pode se utilizar de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos.
- 5.8. A Contratada não pode permitir que o menor de 18 (dezoito) anos execute trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do Contrato, sendo que os acessos aos jornais e às revistas deverão estar disponíveis até, no máximo, o 10º (décimo) dia após a formalização do Contrato entre as partes.
- 6.1.1. A não observância do subitem 6.1 poderá ensejar a penalização da contratada.
- 6.2. A assinatura digital deverá permitir à Contratante:
- 6.2.1. Acessar, irrestritamente, informações e notícias veiculadas nos jornais e revistas elencados neste TR, com segurança, utilizando computadores, *tablets*, *smartphones* e similares;
- 6.2.1.1. O *login* e senha devem garantir acesso a todo conteúdo exclusivo para assinantes dos periódicos solicitados pela Contratante à Contratada.
- 6.2.2. Copiar, compartilhar e imprimir informações e notícias veiculadas nos jornais e revista solicitados;
- 6.2.3. Utilizar tecnologia *mobile* (*IOS*, *Android*, *Windows*), sem custo adicional.
- 6.3. Os jornais e revistas deverão estar disponíveis para acesso *on-line* durante toda a vigência do contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ininterruptamente, a partir do momento da veiculação/disponibilização pelo editor.
- 6.3.1. Quando houver indisponibilidade de qualquer jornal ou revista, a Contratada deverá comunicar à Contratante, formalmente e de imediato, apresentando justificativas, que serão avaliadas pelo Gestor do Contrato;
- 6.3.2. Em caso de indisponibilidade de jornal ou revista identificada pelo Gestor do Contrato, a Contratada será notificada para regularizar o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.3.3. Não será aceito, em nenhuma hipótese, o fornecimento de apenas um *login* e uma senha para acesso concomitante a todas as assinaturas digitais;
- 6.3.4. A relação de assinaturas digitais poderá ser alterada no decorrer da vigência do Contrato, cabendo à Contratante comunicar à Contratada, formalmente, para providenciar a alteração de *login* e senha;
- 6.3.5. A Contratada ficará responsável pela permissão de acesso aos periódicos, pela Contratante, sanando eventuais problemas com o acesso juntos às respectivas editoras.
- 6.4. A Contratada deverá prestar suporte técnico à Contratante, mantendo *e-mail* e contato telefônico disponíveis e atualizados, durante toda a vigência do Contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 7.1. Servidor designado, doravante denominado Gestor, verificará a especificação, a quantidade e a qualidade do serviço prestado, em conformidade com o exigido no Edital e seus anexos e com o constante da respectiva proposta de preço do Contratado.

7.2. Mensalmente, a Contratada emitirá Nota Fiscal ou Fatura, obrigatoriamente com as especificações do serviço contratado e com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) apresentado no Contrato.

7.2.1. A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

7.3. Em caso de conformidade, mensalmente, o Gestor do Contrato atestará a efetiva prestação dos serviços e encaminhará a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento.

7.4. Em caso de não conformidade, a ABIN notificará a Contratada para as providências cabíveis quanto ao saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento do serviço, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 8.12. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 8.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 8.14. Providenciar a publicação do extrato do contrato a ser firmado, bem como eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.
- 8.15. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos com as especificações constantes deste TR, do Edital e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento.
- 8.16. Aplicar à Contratada, motivada e justificadamente, as penalidades contratuais e regulamentais cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 9.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 9.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 9.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 9.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 9.23. Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, observando, ainda, as condições apresentadas neste TR e na proposta vencedora da licitação.
- 9.24. Designar um preposto que exercerá a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz, o qual, além de ser o contato com a Contratante, responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 9.24.1. A Contratada manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, um preposto, com fins de representá-la administrativamente sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e de CPF, endereço, e-mail e telefones.

9.24.2. O preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição da Contratante, mas deve atendê-la prontamente quando solicitado.

9.25. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à Contratante.

9.26. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.27. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União e/ou a terceiros.

9.28. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

9.29. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela ABIN e atender às reclamações/solicitações emanadas.

9.30. Comunicar imediatamente à Contratante os casos fortuitos e/ou de força maior, impeditivos à prestação dos serviços.

9.31. Manter sigilo com relação aos assuntos que o preposto ou funcionários tiverem acesso por meio dos serviços prestados à ABIN.

9.31.1. É considerado familiar, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, companheiro, ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

9.32. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no TR ou na minuta do Contrato.

9.33. Responder por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados ou, ainda, aqueles causados à ABIN e/ou a terceiros, quando da prestação dos serviços.

9.33.1. A Contratada deverá adotar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência desta espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou na conexão com eles, ainda que verificados em dependências da ABIN.

9.34. Não veicular publicidade acerca destes serviços, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

9.35. Conceder ao Gestor do Contrato, no cumprimento de suas funções, todas as informações e acessos necessários.

9.36. Prestar o valor de garantia contratual, quando for o caso, na forma regulada no Edital e no Contrato.

9.37. A Contratada deverá aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado (art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993), podendo as supressões ultrapassar esse percentual desde que acordado entre as partes, devendo ser mantido o percentual de desconto oferecido pela Contratada.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade cabível.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

11.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

- 11.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 11.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, dos arts. 10 e 11 do Decreto nº 9.507/2018 e do Capítulo V da Instrução normativa SEGES/MP nº 05/2017.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TR.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.16. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, quando for o caso.

12.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Nos termos do art. 74 da Lei nº 8.666/1993, será dispensado o recebimento provisório nos serviços objeto do presente TR, tendo em vista que se trata de valor até o previsto no art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei, e que o objeto não se compõe de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

13.2. O Gestor do Contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, formalmente, as respectivas correções.

13.3. O Gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.3.1. Para tanto, a Contratante poderá utilizar a comunicação eletrônica (*e-mail*), visando racionalizar o uso de papel.

13.4. Os serviços serão aceitos definitivamente, mediante elaboração de Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

13.4.1. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida pela Contratada, obrigatoriamente com número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, bem como na Nota de Empenho.

14.3.1. Na Nota Fiscal ou Fatura constará o detalhamento das assinaturas (veículos e quantidades) efetivamente fornecidas, tendo em vista que a Contratante só pagará à Contratada pelos serviços de fato executados/fornecidos.

14.3.2. O Gestor do Contrato deverá confrontar os dados da Nota Fiscal ou Fatura com seu controle de assinaturas solicitadas e fornecidas.

14.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

14.3.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 03/2018.

14.3.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.3.4.1. o prazo de validade;

14.3.4.2. a data da emissão;

14.3.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.3.4.4. o período de prestação dos serviços;

14.3.4.5. o valor a pagar; e

14.3.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação de regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.4.1. não produziu os resultados acordados;

14.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.4.4. A apresentação da Nota Fiscal ou Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

14.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente na Nota Fiscal ou Fatura apresentada.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento à Contratada, a Contratante verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, inclusive pertinentes à regularidade trabalhista, bem como realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018.

14.7.1. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

14.7.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.7.3. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

14.7.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação trabalhista ou junto ao SICAF.

14.7.4.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.7.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF ou perante a Justiça do Trabalho.

14.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

14.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e às contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%
nº dias ano = 365

14.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

14.13. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do Contrato.

14.14. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada, sendo este insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida.

14.15. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15. REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para o presente processo de prestação de serviços, pelas seguintes razões:

16.1.1. O prejuízo pelo inadimplemento contratual poderá ser minimizado com convocação da próxima licitante melhor posicionada.

16.1.2. A exigência de garantia poderia onerar sobremaneira, além de excluir micro e pequenas empresas capazes de fornecer o serviço objeto deste Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. **Multa** de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

17.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste TR.

17.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013 como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.14. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômica e qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

18.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.3.1. Valor Global: **R\$ 42.668,33 (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos)**.

18.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Edital.

18.4. O critério de julgamento é o do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, AFERIDO POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** pelas licitantes sobre o preço das assinaturas digitais dos periódicos, e será destinada exclusivamente para microempresas e empresa de pequeno porte, observadas as condições do Edital e seus anexos. Para a disputa de lances, o licitante deverá indicar o percentual específico de desconto para cada Item da tabela.

18.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

18.6. O desconto mínimo a ser cotado pelas licitantes deverá ser **26,64%**, de acordo com pesquisas de serviços semelhantes realizadas junto a outros órgãos da Administração Pública, conforme Anexo II, deste Termo de Referência.

18.7. As propostas deverão ser encaminhadas com o percentual do lance vencedor, respeitando o percentual mínimo de desconto a ser admitido para a contratação dos serviços, conforme modelo do Anexo III deste Termo de Referência.

18.8. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, de forma satisfatória, assinaturas eletrônicas de jornais ou revistas, com características e quantidades similares ao objeto da presente licitação.

18.9. Quanto ao quantitativo, será admitido o somatório de atestados.

18.10. Quanto à compatibilidade, será suficiente comprovar o fornecimento de assinatura eletrônica de quaisquer jornais e revistas, não necessariamente idênticos aos periódicos deste TR.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

19.2. Tal valor foi obtido a partir de ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2014.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria que será informada no Edital.

Integram a este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

1.1. Anexo I – Planilha de Descontos;

1.2. Anexo II – Planilha da Pesquisa de preço para o percentual mínimo de desconto;

- 1.3. Anexo III – Modelo de Proposta com descontos; e
- 1.4. Anexo IV – Quadro Comparativo de Preços e Justificativa para adoção de valores de referência.

Brasília, de março de 2020